



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



EMMANUEL KLÉCIO DE ABREU FARIAS

**TESTE DE RECUPERABILIDADE (*IMPAIRMENT TEST*) SOB A PERSPECTIVA
DOS PROFISSIONAIS E DISCENTES DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO DO
NÍVEL DE CONHECIMENTO NAS CIDADES DE CAJAZEIRAS E SOUSA - PB**

**SOUSA – PB
2015**

EMMANUEL KLÉCIO DE ABREU FARIAS

TESTE DE RECUPERABILIDADE (*IMPAIRMENT TEST*) SOB A PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS E DISCENTES DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO DO NÍVEL DE CONHECIMENTO NAS CIDADES DE CAJAZEIRAS E SOUSA - PB

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Msc. Cristiane Queiroz Reis

**SOUSA – PB
2015**

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, Intitulado: “TESTE DE RECUPERABILIDADE (*IMPAIRMENT TEST*) SOB A PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS E DISCENTES DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO DO NÍVEL DE CONHECIMENTO NAS CIDADES DE CAJAZEIRAS E SOUSA – PB”, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a Instituição, o Orientador, e os demais Membros da Banca Examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa - PB, 19 de Novembro de 2015.

Emmanuel Klécio de Abreu Farias

EMMANUEL KLÉCIO DE ABREU FARIAS

TESTE DE RECUPERABILIDADE (*IMPAIRMENT TEST*) SOB A PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS E DISCENTES DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO DO NÍVEL DE CONHECIMENTO NAS CIDADES DE CAJAZEIRAS E SOUSA - PB

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada na forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB, Campus Sousa.

Monografia aprovada em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Cristiane Queiroz Reis – Orientadora
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Prof. - Gianinni
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Prof.- Ana Flávia
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

SOUSA – PB ____/11/2015.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha esposa, Viviane de Moraes Amorim Farias, por nunca deixar de acreditar em meu potencial, por estar sempre me incentivando a procurar melhorias, seja com amor ou com raiva, e por estar sempre ao meu lado enfrentando as situações que a vida nos impõe.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria Aldery de Abreu Farias e Joel de Farias Mendonça, pela educação e estudo que me proporcionaram, mas, sobretudo, por serem exemplo de vitória nas mais difíceis adversidades.

A saudosa Mainha Zeza (*in memoriam*), obrigado pela dedicação e empenho na minha criação e dos meus irmãos. Difícil falar da senhora e não marejar os olhos, sentimos muito a sua ausência.

Aos meus filhos, Immanuel Victor e Emmander Kristof, por serem tão amáveis e por serem a motivação para as conquistas. Como digo sempre, vocês são a fortuna que acumulei.

Aos meus irmãos, Joelma Kaline, Wanderson Kelly e Emmanuelle Keynes, pelo apoio e carinho dedicados a mim durante todos esses anos.

A minha orientadora, Prof. Msc. Cristiane Queiroz Reis, por ter aceitado este desafio apesar das dificuldades que se apresentaram num primeiro instante. Muito Obrigado!

Aos grandes e queridos amigos da minha turma de origem, 2007.2, por todos os momentos vivenciados e experiências compartilhadas. Apesar de estarmos dispersos, acredito que os laços criados se perpetuarão no tempo. Através de Iaponya Afonso, presto minha sincera homenagem a vocês.

Aos amigos que fiz como “desbloqueado” que foram essenciais para a continuidade dessa jornada.

A todo o corpo docente da UFCG – Campus Sousa, agradeço a compartilhamento do conhecimento e o profissionalismo, vocês são responsáveis por promoverem mudanças nas vidas de muitas pessoas. Que Deus os recompense por isso.

A Deus, todo poderoso, por ter derramado sobre mim todas as bênçãos que foram citadas até aqui. A Ti seja a honra e glória para todo o sempre, amém!

RESUMO

A contabilidade brasileira passa por um período de transição, em virtude do alinhamento às normas internacionais de contabilidade, no intuito de harmonizar as práticas contábeis o quanto possível e facilitar o entendimento dos profissionais. Dentre as mudanças estão as alterações feitas pela Lei 11.638/07 e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Entre as práticas introduzidas, está o Teste de Recuperabilidade, ou *Impairment Test*, que segundo o CPC 01 (2007), objetiva definir procedimentos que assegurem que o registro contábil de ativos não seja superior ao valor passível de recuperação por uso ou venda. Esta pesquisa tem como objetivo apresentar o nível de conhecimento a respeito do *impairment test* dos discentes e profissionais de contabilidade das cidades de Cajazeiras e Sousa na Paraíba. A pesquisa é do tipo levantamento (*survey*), sendo o questionário aplicado junto à população pesquisada e buscando mostrar o perfil dos entrevistados e o conhecimento destes sobre o tema. Para avaliar o nível de conhecimento, foram aplicadas assertivas por meio da Escala de *Likert* e os resultados demonstrados por de tabelas e gráficos, considerando-se uma pesquisa quantitativa. Os resultados obtidos mostram, em média, que os discentes da FESC/FAFIC tem 52% de acertos, UFCG 54% e UNOPAR 53%. Já os profissionais de Cajazeiras – PB tem 50% de concordância e os de Sousa – PB têm 51%. Conclui-se que, apesar de favorável, o nível de conhecimento dos discentes e profissionais sobre o Teste de Recuperabilidade (*impairment test*) é mediano.

Palavras-chave: Teste de Recuperabilidade, Normas Internacionais, pronunciamento CPC 01 (R1).

RESUMEN

La contabilidad de Brasil pasa por un período de transición, debido a la alineación con las normas internacionales de contabilidad, con el fin de armonizar las prácticas de contabilidad tanto como sea posible y facilitar la comprensión de los profesionales. Entre los cambios se encuentran los cambios introducidos por la Ley 11.638 / 07 y los pronunciamientos técnicos del Comité de Pronunciamientos de Contabilidad (CPC). Una de las prácticas introducidas es la prueba de deterioro, o impairment test, que el CPC 01 (2007), tiene como objetivo establecer procedimientos para garantizar que la contabilidad de los activos no supere el valor recuperable a través de su uso o venta. Esta investigación tiene como objetivo presentar el nivel de conocimiento sobre el test de deterioro de los estudiantes y profesionales de la contabilidad en las ciudades de Cajazeiras y Sousa, Paraíba. La investigación es de tipo encuesta (encuesta), con un cuestionario aplicado a la población y tratando de mostrar el perfil de los encuestados y sus conocimientos sobre el tema. Para evaluar el nivel de conocimientos se aplicaron asertivas a través de la escala Likert y los resultados mostrados en tablas y gráficos, lo que resultó en una investigación cuantitativa. Los resultados muestran, en promedio, que los estudiantes de la FESC / FAFIC tiene 52% de precisión, UFCG 54% y UNOPAR 53%. Los profesionales de Cajazeiras - PB tienen acuerdo de 50% y de Sousa - PB tienen 51%. Se concluye que, aunque favorable, el nivel de conocimiento de los estudiantes y profesionales sobre el test de deterioro (test de deterioro) es mediano.

Palabras clave: Deterioro de prueba , normas internacionales, declaración CPC 01 (R1)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nível de conhecimento dos discentes da FESC/FAFIC	46
Tabela 2 – Nível de conhecimento dos discentes da UFCG	47
Tabela 3 – Nível de conhecimento dos discentes da UNOPAR	47
Tabela 4 – Nível de conhecimento dos profissionais de Cajazeiras - PB.....	49
Tabela 5 – Nível de conhecimento dos profissionais de Sousa – PB.....	50
Tabela 6 – Comparativo dos conhecimentos dos discentes e profissionais de Contabilidade	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária dos discentes	34
Gráfico 2 – Ocupação dos discentes.....	35
Gráfico 3 – Formação dos discentes.....	35
Gráfico 4 – Conhecimento dos discentes sobre CPC 01 (R1)	36
Gráfico 5 – Dificuldade de atualização dos discentes	37
Gráfico 6 – Faixa etária dos profissionais	38
Gráfico 7 – Formação dos profissionais	39
Gráfico 8 – Tempo de formação dos profissionais	40
Gráfico 9 – Tempo de atuação dos profissionais na área contábil	40
Gráfico 10 – Segmento de atuação dos profissionais contábeis.....	41
Gráfico 11 – Outras formações dos profissionais.....	42
Gráfico 12 – Formação continuada	43
Gráfico 13 – Conhecimento do CPC 01 (R1) pelos profissionais.....	44
Gráfico 14 – Dificuldades de atualização profissional	45

--

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Assertivas sobre o nível de conhecimento dos discentes sobre <i>Impairment Test</i>	21
Quadro 2 – Assertivas sobre o nível de conhecimento dos profissionais sobre <i>Impairment Test</i>	22

--

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação do Teste de Recuperabilidade	30
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos	15
1.1.1 <i>Objetivos Gerais</i>	15
1.1.2 <i>Objetivos Específicos</i>	15
1.2 Justificativa	15
1.3 Procedimentos Metodológicos	18
1.3.1 <i>População e amostra da pesquisa</i>	19
1.3.2 <i>Procedimentos, coleta e tratamento dos dados</i>	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) – Redução ao valor recuperável de ativos	24
2.1.1 <i>Aspectos Conceituais</i>	24
2.1.2 <i>Alcance</i>	26
2.1.3 <i>Periodicidade</i>	27
2.1.4 <i>Mensuração e contabilização do valor recuperável</i>	28
2.1.5 <i>Divulgação</i>	30
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS RESULTADOS	33
3.1 Perfil dos Entrevistados	33
3.1.1 <i>Discentes</i>	33
3.1.2 <i>Profissionais</i>	37
3.2 Nível de conhecimento sobre <i>Impairment Test</i>	45
3.2.1 <i>Discentes</i>	45
3.2.2 <i>Profissionais</i>	48
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	52
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICES	57
APÊNDICE A – Questionário dos Discentes	58
APÊNDICE B – Questionário dos Profissionais	61

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade brasileira passou por um período de mudanças visando o alinhamento às normas internacionais de contabilidade. Um passo importante para a harmonização foi dado com a publicação das alterações trazidas pela promulgação da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que alterou a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1964 (Lei das Sociedades Anônimas) e pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Niyama *et al.* (2015) comentam que nas normas internacionais editadas pelo IASB predomina a ideia da essência sobre a forma, em se tratando de informações contábeis, com uma estrutura de normatização baseada mais em princípios do que somente em regras. Tais normas, portanto, foram elaboradas com o intuito de informar mais adequadamente os usuários da contabilidade, respeitando-se o atendimento à legalidade, porém mostrando uma imagem mais fiel com relação a realidade econômica da empresa.

Assim, conforme Maia e Formigoni (2011), com a finalidade de atender às necessidades advindas do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, de centralizar a emissão e de representação democrática da produção das normas contábeis, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no ano de 2005.

Neste caminho, uma das práticas introduzidas no processo de convergência orientado pelo CPC, foi o Teste de *Impairment* que, segundo Silva, Carvalho, Dias e Marques (2006), é o critério de avaliação, utilizado para adequar o ativo a sua real capacidade de retorno econômico, sendo aplicado em ativos fixos (ativo imobilizado), ativos de vida útil indefinida (*goodwill*), ativos disponíveis para venda, investimentos e em operações ativas descontinuadas.

Nesse sentido, órgãos e entidades contábeis têm buscado disciplinar as formas de tratar o reconhecimento e a mensuração do *impairment*, entre eles o Financial Accounting Standards Board (FASB) por meio do Statement of Financial Accounting Standards (SFAS) nº 121, nº 142 e nº 144, o International Accounting Standards Board (IASB), com os pronunciamentos IAS 36, IAS 39, o International

Financial Reporting Standards 6 (IFRS 6) e no Brasil a deliberação 527 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que aprovou o pronunciamento técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

De acordo com o CPC-01 (2007), o teste de recuperabilidade objetiva definir procedimentos que assegurem que o registro contábil de ativos não seja superior ao valor passível de recuperação por uso ou venda. Dessa forma, se for constatado que o ativo possui um valor superior aos benefícios que ele pode proporcionar, significa que existe uma perda embutida, e esta deverá ser reconhecida no resultado da empresa.

Padoveze *et al.* (2013, p. 277) destacam que “*impairment* significa literalmente dano, desvalorização ou deterioração”. Para os autores, em termos contábeis, o *impairment* pode ser definido como declínio no valor de um ativo ou dano econômico, sendo, portanto, necessário de realização para resultar em uma contabilidade com informações corretas e em acordo com a realidade atual da empresa.

A divulgação das ideias que determinaram o cálculo e reconhecimento de perda no valor recuperável é de extrema relevância, visto o fato que a principal função da contabilidade é prestar contas aos seus usuários, tanto internos como externos. Sobre esta base, conclui-se que caso os ativos estejam evidenciados por valor superior aos benefícios futuros que eles podem proporcionar tendem a prejudicar o processo decisório dos usuários.

É imprescindível, portanto, que os profissionais contábeis estejam cientes desta realidade normativa, a qual ainda é, de alguma forma, recente para a área contábil e atinge as empresas usuárias da Contabilidade, visto que é preciso acompanhar a evolução da Contabilidade que já ocorre há alguns anos e utilizar esse conhecimento.

Bem como é importante aos profissionais em formação, os discentes, saberem, ainda no ambiente acadêmico, sobre o tema *impairment* e sua aplicabilidade nas empresas do mercado em que possivelmente irão atuar, pois o processo adequado de formação dos alunos influencia de forma positiva na qualidade das informações contábeis fornecidas por eles quando estiverem no mercado.

Dessa forma, a presente pesquisa busca responder o seguinte questionamento: **Qual o nível de conhecimento dos discentes e profissionais de Contabilidade a respeito da aplicação do Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*) nas cidades de Cajazeiras e Sousa, na Paraíba?**

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivos Gerais

- Investigar o nível de conhecimento dos discentes e profissionais de Contabilidade sobre a aplicação do Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*) nas cidades de Cajazeiras e Sousa, na Paraíba.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar o perfil dos discentes e profissionais de Contabilidade do estudo em questão.
- Apresentar o conhecimento dos discentes e profissionais de contabilidade sobre o tema abordado na pesquisa;
- Realizar um comparativo entre o conhecimento dos discentes e dos profissionais contábeis.

1.2 Justificativa

O mercado exige cada vez mais das empresas uma maior transparência e comprometimento na apresentação das demonstrações contábeis, gerando assim

um melhor entendimento de suas movimentações para seus vários usuários como investidores, instituições financeiras, órgãos governamentais. Sendo assim, é relevante que mudanças significativas dentro desse contexto tenham ênfase em estudos na Contabilidade.

A Lei 11.638 sancionada em 2007 inseriu o Brasil entre os países a adotarem as práticas internacionais de padronização contábil, obrigando todas as empresas de capital aberto a apresentarem seus balanços de acordo com as normas do IFRS - International Financial Reporting Standard. Esta lei alterou a Lei das S.A., passando o seu conteúdo a abranger todas as empresas de capital aberto, como também às organizações de capital fechado com faturamento maior que R\$ 300 milhões por ano ou com ativos totais superiores a R\$ 240 milhões.

Atualmente, o processo de convergência contábil no Brasil se estende não somente às grandes corporações, como também às médias, pequenas e micros, optantes pelo Lucro Real, Presumido ou Simples, não sendo tarefa das mais simples o processo de adequação. Com isso, a motivação para este estudo se justifica, inicialmente, pela nova dinâmica de mercado na qual as organizações estão inseridas e que afeta diretamente os profissionais contábeis e a maneira como estes irão mensurar os valores de uma empresa, como também afeta os discentes dos cursos de Ciências Contábeis, os quais tem que estar conscientes da necessidade de conhecer estas mudanças e sua aplicação prática.

Dentro desse novo contexto organizacional, o Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*), que é a avaliação da vida útil remanescente do bem, vem corroborar a sua importância por se tratar de um instrumento capaz de auxiliar os contabilistas na mensuração do valor de seus ativos, considerando o cenário econômico e em função de inúmeros fatores sociais, políticos ou tecnológicos, proporcionando informações mais atuais, qualificadas e precisas de uma organização, com critérios rigorosos para realizar estes procedimentos.

Quanto aos indivíduos objeto de estudo da pesquisa, a escolha se deu devido uma perspectiva crescente dos contabilistas registrados no país. De acordo com os dados divulgados pelo CFC (2015), a posição anual em 31 de dezembro de 2014 de registro dos profissionais e organizações ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade contabiliza um total de 508.498 profissionais, entre contadores e

técnicos em contabilidade, dos sexos masculino e feminino; e de 45.348 organizações, de diversas categorias, no mesmo ano.

Especificamente na região Nordeste, os dados informados pelo CFC (2015) mostram que, até 30 de outubro de 2015, há um registro total de 83.804 contadores e técnicos, dos quais 6.428 são do estado da Paraíba. Com isso, vê-se que existe uma quantidade considerável de contadores no mercado brasileiro e que os estudos a respeito do conhecimento desses profissionais sobre temas inerentes à sua atuação é de extrema relevância, para mostrar a capacidade de entendimento e qualificação deles nesse contexto.

É importante ressaltar que os profissionais contábeis da região necessitam compreender a evolução da Contabilidade e que o conhecimento sobre temas como o teste de recuperabilidade, mesmo que não aplicáveis diretamente à realidade das empresas locais, tem impacto significativo na atuação destes e na valorização da classe profissional.

Igualmente importante, o estudo do conhecimento dos discentes a respeito do tema escolhido na pesquisa mostra a enfoque do estudo sob a perspectiva dos profissionais que estão sendo formados para atuar no mercado, os quais devem saber lidar com os assuntos e a normatização mais recente na área contábil. Nesse sentido, em pesquisa realizada sobre o nível de conhecimento dos discentes a respeito das normas internacionais de contabilidade, Pereira e Niyama (2011) ressaltam que a qualidade da educação contábil influencia significativamente a informação transmitida, o que permite a formação de contadores globais.

Estudos sobre o conhecimento dos discentes e profissionais contábeis já foram realizados a respeito das normas internacionais de contabilidade em geral, envolvendo os pronunciamentos técnicos do CPC e especificamente o *impairment test*, sendo seus autores: Silva (2014), Pereira e Niyama (2011), Kuhn *et al.* (2014). No entanto, ainda é pequeno o número de pesquisas sobre o tema, o que torna importante a aplicação deste estudo.

Além disso, tal pesquisa traz uma importante contribuição para a academia e a sociedade em geral e pode também servir para auxiliar futuras pesquisas sobre o tema.

1.3 Procedimentos Metodológicos

Para a elaboração de um trabalho científico se faz necessário um processo de pesquisa a respeito do tema a ser abordado para verificar se o estudo é possível de se realizar. Sendo assim, relativamente aos procedimentos técnicos, esta pesquisa é caracterizada como pesquisa bibliográfica, visto que foi levantado um alicerce bibliográfico sobre o assunto, através da leitura de livros disponíveis, de artigos científicos e outras publicações veiculadas na internet. Segundo Gil (2007, p.44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Ainda sob esta perspectiva, a pesquisa é considerada como levantamento (*survey*), pois houve a aplicação de questionário diretamente com os sujeitos da pesquisa, discentes e profissionais da área de Contabilidade, buscando informações acerca do problema estudado. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), o levantamento (*survey*) acontece quando existe a interrogação direta com as pessoas envolvidas na pesquisa, sobre as quais se deseja conhecer.

Com relação aos procedimentos técnicos, este estudo caracteriza-se como sendo pesquisa de campo, por ser realizada diretamente com o sujeito objeto do estudo em questão. Segundo Vergara (2000), pesquisa de campo é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo.

Quanto à sua abordagem, ela é do tipo quantitativa, visto que utiliza recursos e técnicas estatísticas para chegar aos resultados e analisá-los mais objetivamente. Prodanov e Freitas (2013), os recursos matemáticos utilizados traduzem em números opiniões e informações, para, assim, melhor classificá-las. Ainda de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 70), este tipo de pesquisa é relevante, pois permite “analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais”, dentre outros aspectos.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, pois proporciona mais informações a respeito do assunto estudado, o qual ainda é pouco pesquisado na

região. Para Beuren (2008, p. 81) por meio deste tipo de pesquisa, “o pesquisador informa sobre situações, fatos, opiniões ou comportamentos que têm lugar na população analisada”. É também descritiva, considerando que descreve como está o nível de conhecimento dos sujeitos da pesquisa, mostrando suas dúvidas mais frequentes sobre o assunto. De acordo com Matias-Pereira (2007, p. 71), a pesquisa descritiva “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

No que se refere ao instrumento de coleta de dados, utilizou-se o tipo questionário. Foram elaborados dois questionários distintos, dos quais um destinado aos discentes e o outro aos profissionais. Ambos possuem perguntas diferentes entre si relativamente ao perfil dos sujeitos da pesquisa, no entanto, no que tange ao conhecimento a respeito do Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*), as perguntas são semelhantes.

1.3.1 População e amostra da pesquisa

O universo da pesquisa são os discentes e profissionais de contabilidade das cidades de Cajazeiras e Sousa, na Paraíba. Os discentes alvos do estudo são aqueles que cursam os últimos períodos dos cursos de Ciências Contábeis das instituições educacionais que oferecem cursos de contabilidade nas cidades de Cajazeiras – PB e Sousa – PB, sendo elas:

- Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FESC/FAFIC);
- Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Campus de Sousa – CCJS;
- Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) – Unidade de Sousa.

E os profissionais de contabilidade são aqueles atuantes nas respectivas cidades da pesquisa, com registro no Conselho Regional de Contabilidade, com ou

sem organizações empresariais. Os nomes e contatos dos profissionais registrados foram fornecidos pelos Delegados Regionais de Contabilidade nas cidades, o que facilitou a identificação e localização destes.

A população da pesquisa é composta por 400 profissionais de contabilidade, dos quais 215 são de Cajazeiras – PB e 185 de Sousa – PB. Já os discentes somam um total de 108 alunos, sendo 36 alunos matriculados na FAFIC, destes 27 estudantes no 7º período e 9 no 8º período; na UFCG com 58 alunos matriculados no total, com 27 no 8º período e 31 estudantes no 6º período; e na UNOPAR com 14 discentes matriculados, sendo 8 no 6º período e 7 alunos no 7º período. Contudo, para efeito de amostra por acessibilidade, delimitou-se a pesquisa a 56 profissionais em Cajazeiras e 52 profissionais em Sousa; e um total de 78 discentes, sendo 32 estudantes da FAFIC, 34 da UFCG e 12 da UNOPAR, admitindo-se como limitação a não obtenção de resposta dos questionários por parte dos demais profissionais e discentes de contabilidade destas cidades, pois os dados coletados dependem da aceitação e colaboração dos pesquisados.

1.3.2 Procedimentos, coleta e tratamento dos dados

Para a instrumentalização da pesquisa de campo foi aplicado um questionário junto aos discentes e profissionais de contabilidade das cidades de Cajazeiras e Sousa, na Paraíba, no período de maio a junho do corrente ano. O questionário aplicado com os discentes possui um total de 17 questões, sendo 7 relativas ao perfil dos entrevistados e 10 especificamente ao *impairment test*; já o questionário destinado aos profissionais, contém um total de 20 questões, com 10 questões relacionadas também ao perfil e as outras 10 perguntas com relação ao Teste de Recuperabilidade. As assertivas referentes ao nível de conhecimento sobre *impairment test* foram aplicadas através da Escala de *Likert*. O referido questionário foi baseado no instrumento de pesquisa do estudo realizado por Silva (2014)¹.

¹ SILVA, Hamylla Haianny Araújo. *IMPAIRMENT TEST: Um estudo sobre o nível de conhecimento dos alunos de Ciências Contábeis das Universidades Públicas do Estado da Paraíba*. 2014. 28f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba.

As assertivas relativas a investigação do nível de conhecimento sobre *impairment test* direcionadas aos discentes estão dispostas nos Quadro 1, a seguir, para melhor entendimento.

Quadro 1 – Assertivas sobre o nível de conhecimento dos discentes sobre *Impairment Test*

Questão	Assertiva
8	O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.
9	Este Pronunciamento Técnico deve ser aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, exceto: estoques; ativos advindos de contratos de construção; ativos fiscais diferidos; ativos advindos de planos de benefícios a empregados; ativos financeiros; propriedade para investimento; ativos biológicos; custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis; e ativos não circulantes classificados como mantidos para venda.
10	O CPC 01 (R1) considera que o ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.
11	A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.
12	Este Pronunciamento define valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.
13	Este Pronunciamento Técnico apresenta que o valor justo difere do valor em uso. O valor justo reflete as premissas que os participantes do mercado utilizam ao precificar o ativo. Por outro lado, o valor em uso reflete os efeitos de fatores que podem ser específicos para a entidade e não aplicáveis às entidades de modo geral.
14	A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado.
15	O valor recuperável de um ativo individual não pode ser determinado se: o valor em uso do ativo não puder ser estimado como sendo próximo de seu valor justo líquido de despesas de venda; e o ativo não gerar entradas de caixa que são em grande parte independentes daquelas provenientes de outros ativos.
16	A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.
17	A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos: (a) o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas; (b) o montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas; (c) o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e (d) o montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Já o Quadro 2 mostra as assertivas destinadas aos profissionais, com as respectivas questões a que se refere a assertiva.

Quadro 2 – Assertivas sobre o nível de conhecimento dos profissionais sobre *Impairment Test*

Questão	Assertiva
11	O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.
12	Este Pronunciamento Técnico deve ser aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, exceto: estoques; ativos advindos de contratos de construção; ativos fiscais diferidos; ativos advindos de planos de benefícios a empregados; ativos financeiros; propriedade para investimento; ativos biológicos; custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis; e ativos não circulantes classificados como mantidos para venda.
13	O CPC 01 (R1) considera que o ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.
14	A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.
15	Este Pronunciamento define valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso
16	Este Pronunciamento Técnico apresenta que o valor justo difere do valor em uso. O valor justo reflete as premissas que os participantes do mercado utilizam ao precificar o ativo. Por outro lado, o valor em uso reflete os efeitos de fatores que podem ser específicos para a entidade e não aplicáveis às entidades de modo geral.
17	A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado.
18	O valor recuperável de um ativo individual não pode ser determinado se: o valor em uso do ativo não puder ser estimado como sendo próximo de seu valor justo líquido de despesas de venda; e o ativo não gerar entradas de caixa que são em grande parte independentes daquelas provenientes de outros ativos.
19	A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.
20	A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos: (a) o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas; (b) o montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas; (c) o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e (d) o montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Quanto à aplicação com os discentes, foram aplicados questionários nos seguintes períodos letivos das instituições: 6º e 7º períodos na FAFIC, 6º e 8º períodos na UFCG e 6º e 7º períodos na UNOPAR. Os alunos submetidos à avaliação dos questionários foram os presentes em sala de aula nos dias de aplicação da pesquisa.

Relativamente aos profissionais, foi aplicado o instrumento de pesquisa com aqueles presentes nos seus locais de trabalho ou questionados via e-mail, sendo os questionários recolhidos posteriormente para a obtenção das respostas devidas. Parte dos profissionais avaliados possuem escritórios de contabilidade ou trabalham nestes e outros não atuam diretamente em empresas contábeis, mas estão registrados no conselho de classe.

Os dados foram compilados em informações apresentadas através de quadros, tabelas e gráficos, com o auxílio de um software de planilhas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) – Redução ao valor recuperável de ativos

2.1.1 Aspectos Conceituais

A palavra *impairment* tem sua etimologia na língua inglesa traduzida literalmente por deterioração, dano ou desvalorização. Para fins contábeis, o termo é usado para definir uma diminuição no valor recuperável de um ativo ou dano econômico.

Em matéria de Teoria da Contabilidade o termo remonta a mais de 200 anos atrás. Conforme destacam Ernest & Young (2010) “a regra ‘custo ou mercado – dos dois o menor é fruto da aplicação de *impairment*. A provisão para créditos de liquidação duvidosa também.”

No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis normatizou o esse procedimento através do CPC 01 - “Redução ao valor recuperável de Ativos”, datado de 07 de novembro de 2007, o qual foi aprovado pela Comissão de Valores monetários – CVM, pela deliberação 527/07.

O objetivo do *impairment test* é assegurar que o valor contábil líquido de um ativo ou grupo de ativos de longo prazo não seja superior ao seu valor recuperável, entendendo-se valor recuperável como sendo o maior entre o valor líquido de venda e o valor em uso.

Dito isto, cabe-nos esclarecer alguns termos técnicos para um melhor entendimento do assunto abordado. Para isso recorreremos ao CPC 01:

[...]

Valor contábil líquido é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

[...]

Valor justo líquido de despesa de venda é o montante a ser obtido pela venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa em transações em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas estimadas de venda.

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Vida útil é: (a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar um ativo; ou (b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter do ativo.

Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

Valor residual é o valor estimado que a entidade obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil. (CPC 01, 2007, pp 6-7)

Tais definições, descritas no Pronunciamento CPC 01, esclarecem o assunto de forma minuciosa, com vistas a facilitar o entendimento e o registro contábil dos ativos pelo valor correto.

Dentro desse contexto, Almeida (2012, p. 97) conceitua valor recuperável como sendo “o valor justo do ativo menos os custos da venda ou o seu valor em uso, dos dois o maior”. Percebe-se, portanto, que o valor recuperável de que fala o CPC 01 contabiliza os ativos de maneira justa, levando em conta a situação atual destes no mercado.

Iudícibus *et al.* (2010, p. 17) afirmam que “o teste de um ativo é que, ao trazer benefícios imediatos ou futuros, transformará esses benefícios em entradas líquidas de caixa ou em economia de saídas líquidas de caixa”. Com isso, fica evidente que quando se reduz os custos também há um benefício econômico futuro, o que mostra o teste de recuperabilidade como ferramenta que contribui para o crescimento da organização.

2.1.2 Alcance

A NBC TG 01, Norma que tem por base o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), estabelece os procedimentos necessários de aplicação para realizar do teste de *impairment*. O CPC 01 (R1) deve alcançar a todos os ativos, com exceção dos estoques, dos ativos advindos de contratos de construção, ativos fiscais diferidos, ativos advindos de planos de benefícios a empregados, ativos financeiros que estejam dentro do alcance dos Pronunciamentos Técnicos do CPC que disciplinam instrumentos financeiros, propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo, ativos biológicos relacionados à atividade agrícola que sejam mensurados ao valor justo líquido de despesas de venda (NBC TG 29), custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro; e ativos não circulantes classificados como mantidos para venda.

De acordo com Ferreira (2012), a exclusão destes ativos ocorre pelo fato de que eles recebem tratamento específico em outros pronunciamentos técnicos do CPC. Contudo, o CPC 01 (R1) aplica-se a ativos financeiros classificados como coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto, sendo tais investimentos passíveis de ajustes para perdas, mediante provisão e sem prejuízo da aplicação da equivalência patrimonial.

Ferreira (2012, p. 386) ainda complementa que "o CPC 01 (R1) é aplicado a ativos que são registrados pelo valor reavaliado (valor justo) em consonância com outros pronunciamentos técnicos do CPC e com a legislação brasileira [...]". De acordo com pronunciamento, a identificação de parcela não recuperável de um ativo reavaliado depende da base usada para determinação deste valor, podendo considerar o valor de mercado ou em base que não seja a de valor de mercado como sendo o valor do ativo reavaliado.

Dessa forma, evidencia-se a importância de identificar e avaliar corretamente os ativos passíveis de recuperabilidade em uma entidade, estando de

acordo com o valor justo na contabilidade e, simultaneamente, em conformidade com a legislação vigente.

2.1.3 Periodicidade

Sempre que fatores indicarem que o ativo possa ter sofrido desvalorização, a empresa deve proceder ao teste de *impairment*. Guimarães (2013) enfatiza que o CPC 01 R1 orienta as empresas a realizarem periodicamente levantamentos quanto aos ativos imobilizados e intangíveis, com intuito de constatar a existência de redução de valor.

Ainda nesse contexto, o autor corrobora que no ano de 2007 tal pronunciamento foi aprovado, exigindo a realização anual do teste de recuperabilidade nas empresas de capital aberto do país, bem como a divulgação de seus resultados e os parâmetros utilizados para o procedimento. Com isso, percebe-se que este pronunciamento exige uma evidenciação detalhada, facilitando, assim, que os usuários das demonstrações contábeis compreendam claramente a realização do *impairment*.

Nesse sentido, Souza (2014) elenca as principais fontes, internas e externas, indicativas de desvalorização. Como fontes externas, o autor cita a diminuição significativa do preço de mercado do ativo, o aumento das taxas de juros de mercado, o valor contábil do Patrimônio Líquido da entidade maior do que o valor de suas ações e as alterações relativas ao ambiente econômico, tecnológico, mercadológico ou legal, que provoquem efeito adverso na organização.

Já como fontes internas citadas pelo autor, estão a mudança na maneira de utilizar o bem que reduza sua vida útil, evidencia de obsolescência ou danificação do ativo, e indicação por meio de relatórios internos de que o ativo avaliado não terá o resultado esperado. Sendo assim, percebe-se que tanto aspectos inerentes à organização como aspectos fora do ambiente corporativo influenciam na avaliação do bem e devem ser observados continuamente.

Com isso, é relevante atentar a esses critérios elencados, visto que a desvalorização dos ativos afeta diretamente o balanço da empresa e, de um modo geral, os resultados contábeis do período que mostram a situação da organização no mercado.

Ainda nesse contexto, Ernest & Young e Fipecafi (2010) discorrem que, embora não seja necessário determinar anualmente o valor recuperável para todos os ativos nas companhias, a existência ou não de indicativos de *impairment* deverá ser avaliada e documentada ao encerramento de cada período contábil. Sendo assim, percebe-se a importância de haver profissionais atualizados que entendam sobre o teste de recuperabilidade, pois o *impairment test* mostra a realidade da situação contábil da empresa anualmente e disponibiliza informações precisas e relevantes para o crescimento da organização.

2.1.4 Mensuração e contabilização do valor recuperável

Como dito antes, considera-se valor recuperável o maior entre o valor líquido de venda do ativo o seu valor em uso.

A respeito do valor líquido de venda, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (2007, p. 13) enfatiza que a melhor forma de se obtê-lo é baseado no preço de contrato de venda firmado em transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas adicionais que seriam diretamente atribuíveis à venda do ativo.

Caso não haja um contrato de venda, tampouco um mercado ativo, o valor líquido ainda pode ser determinado por estimativa, considerando para tanto a melhor informação possível que reflita o valor que a empresa conseguiria obter, na data do balanço, pela do ativo em uma negociação normal.

Quanto ao valor em uso, de acordo com a IAS 36 – Redução ao valor recuperável dos ativos, essa etapa do teste de *impairment* só precisa ser executada caso não seja possível determinar o valor líquido de venda de um ativo ou se o valor líquido de venda for inferior ao valor contábil.

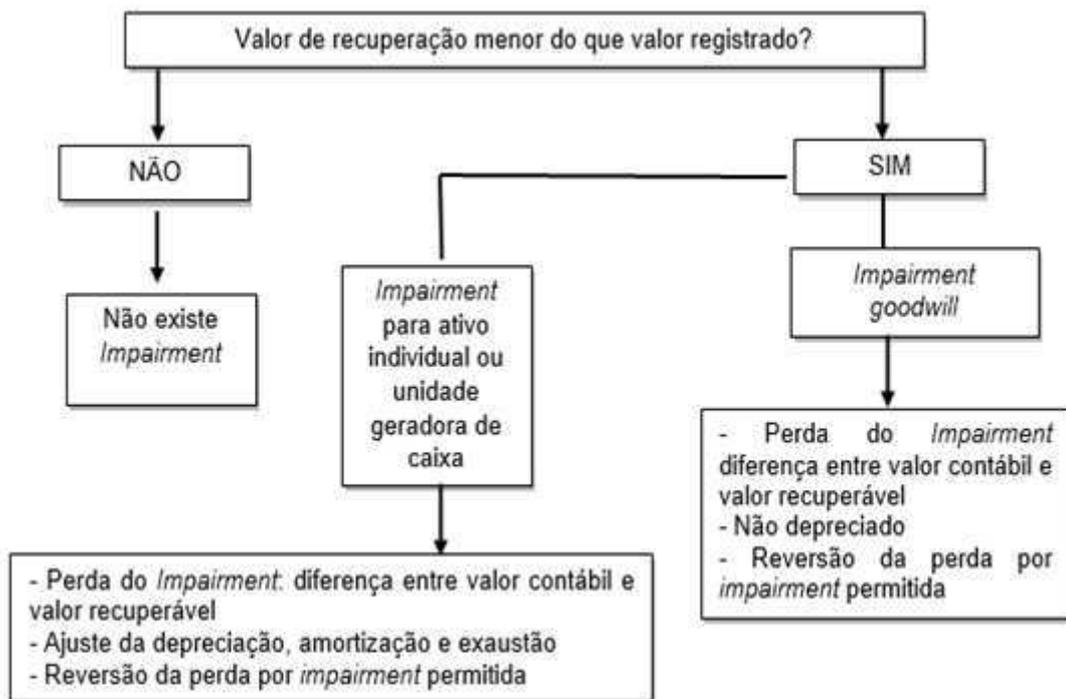
A estimativa do valor em uso envolve os seguintes passos: (a) estimar futuras entradas e saídas de caixa derivadas do uso contínuo do ativo e de sua baixa final; e, (b) aplicar a taxa de desconto apropriada a esses fluxos de caixa futuros.

A mensuração do valor em uso é um processo complexo e que envolve alto nível de julgamento profissional. Para fins de cálculo, O CPC 01 enumera os elementos que devem ser refletidos, sendo eles a estimativa dos fluxos de caixa futuros, as expectativas relativas a possíveis variações no montante ou período de ocorrência de tais fluxos de caixa, o valor do dinheiro no tempo, preço por assumir a incerteza inerente ao ativo e outros fatores considerados ao precificar os fluxos de caixa esperados, tais como falta de liquidez.

Uliano, Doná e Gonçalves (2014) consideram que a determinação do valor recuperável do ativo como a fase mais trabalhosa do teste de *impairment*, já que deve ser um procedimento detalhado, feito em bases confiáveis, para que se possa mensurar o ativo. Dessa forma, a apuração correta do valor recuperável do bem é de grande relevância, considerando que este será o valor do ativo após o reconhecimento e provisão da perda por *impairment*.

Bianchi *et al.* (2015) corroboram que o valor do reconhecimento de uma perda pode causar um impacto significativo nos resultados do exercício de uma organização. Sendo assim, é imprescindível que haja uma mensuração correta no intuito de auxiliar os usuários das informações geradas a visualizar a real situação econômica da empresa.

Figura 1 - Representação do Teste de Recuperabilidade



Fonte: Adaptado de Binchai *et al.* (2015).

A Figura 1 mostra de que maneira se aplica o *impairment test* nos ativos da organização. O teste de recuperabilidade permite a mensuração dos ativos imobilizados e ativos intangíveis conforme o seu real valor econômico na organização, tornando-se ferramenta essencial na determinação dos valores corretos dos ativos.

2.1.5 Divulgação

A informação contábil, primordialmente, tem como objetivo revelar de maneira clara e completa a situação atual da entidade, de modo a facilitar a utilização desta pelos usuários. Portanto, divulgá-la corretamente é premissa importante para o entendimento e realização dos propósitos daqueles atendidos pela Contabilidade.

Segundo Pereira (2012, p. 39), “na contabilidade, a divulgação diz respeito à difusão de informação financeira sobre uma entidade em suas demonstrações contábeis”. Com isso, ela se relaciona diretamente com o objetivo da contabilidade, que é o de fornecer informações fidedignas para seus usuários internos e externos.

Souza *et al.* (2009) ressaltam a importância de o pronunciamento CPC 01 (R1) ter exigências sólidas relativas à divulgação das bases que foram utilizadas para calcular a perda por *impairment*, com a finalidade de promover a transparência na evidenciação da informação e possibilitar aos usuários condições mínimas de avaliar os valores financeiros demonstrados na contabilidade da entidade.

Nesse sentido, de acordo com CPC 01 (R1), o teste de *impairment* deve ser divulgado em notas explicativas, devendo conter no mínimo as seguintes informações: (a) o valor da perda com desvalorizações reconhecidas no período; (b) os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento da desvalorização; (c) a relação do item que compõe cada unidade geradora de caixa e como esta foi identificada; e, (d) a base para determinar o valor líquido de venda ou taxa de desconto para determinar o valor em uso do ativo.

Acerca da relevância das notas explicativas, Souza (2015, p. 14) corrobora que:

Muitas vezes, as informações contidas nas demonstrações contábeis não são suficientes para o total entendimento por parte dos usuários. Nesse sentido, as notas explicativas possuem um papel de importância para atender essas necessidades, além disso, a elaboração de notas explicativas é obrigatória tanto para o setor público quanto para o setor privado.

Sobre isso, Ernest & Young e Fipecafi (2010, p. 353) complementam que, nas notas explicativas, se faz necessária a publicação “da política contábil aplicada na avaliação do de *impairment*, bem como as principais premissas e considerações feitas pela administração”. Assim, as notas explicativas devem trazer informações relevantes e esclarecedoras sobre a realidade da organização.

Segundo Souza *et al.* (2009, p. 13), “ o teste de *impairment* vincula-se intimamente com as expectativas de futuros benefícios dos ativos, devendo a contabilidade evidenciar o que realmente aquilo que os ativos possuem a capacidade de contribuir com a organização. Portanto, quando o ativo

perder total ou parcialmente a capacidade de proporcionar retorno à empresa, a redução deverá ser reconhecida por meio do *impairment*.

Diante disso, é preciso que o teste de recuperabilidade contido nestas notas explicativas traga uma elucidação do que não foi entendido nas demonstrações contábeis, utilizando-se de uma linguagem clara para que todos os usuários compreendam e tenham uma melhor tomada de decisão, se for o caso.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS RESULTADOS

Neste tópico são apresentados os resultados da pesquisa, os quais foram obtidos através da aplicação de questionário, mostrando o perfil dos respondentes e o nível de conhecimento destes a respeito do tema em questão no estudo.

3.1 Perfil dos Entrevistados

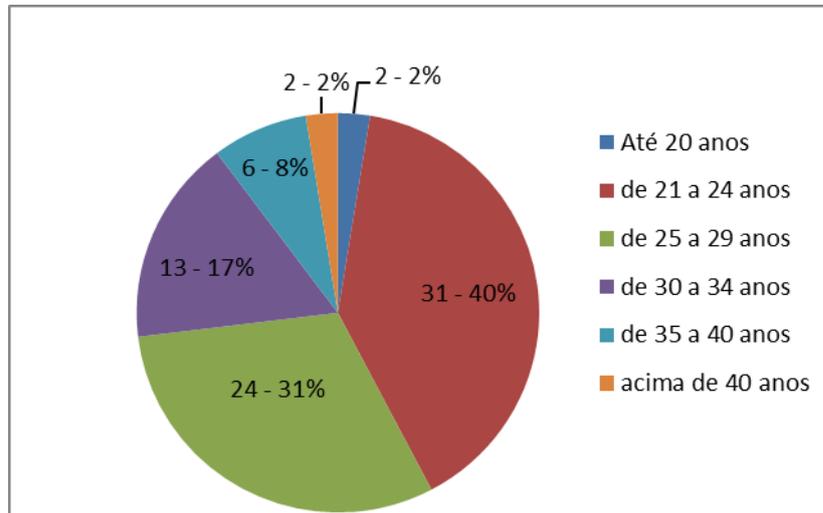
3.1.1 Discentes

Os alunos foram avaliados quanto aos aspectos de gênero, faixa etária, ocupação, formação e outros relativos a sua qualificação.

Verificou-se que dos discentes entrevistados metade, ou seja, 50% são do gênero masculino e os demais 50% do gênero feminino, demonstrando que existe uma equivalência de escolhas dos gêneros em cursar Contabilidade, na amostra da pesquisa.

Conforme mostra o Gráfico 1, no que se refere à faixa etária, percebe-se uma população de discentes jovens, sendo a maioria deles na faixa etária entre 21 e 24 anos de idade, com 31 estudantes, o que corresponde a 40% dos entrevistados, seguido dos alunos entre 25 e 29 anos, equivalente a 31% do total dos respondentes.

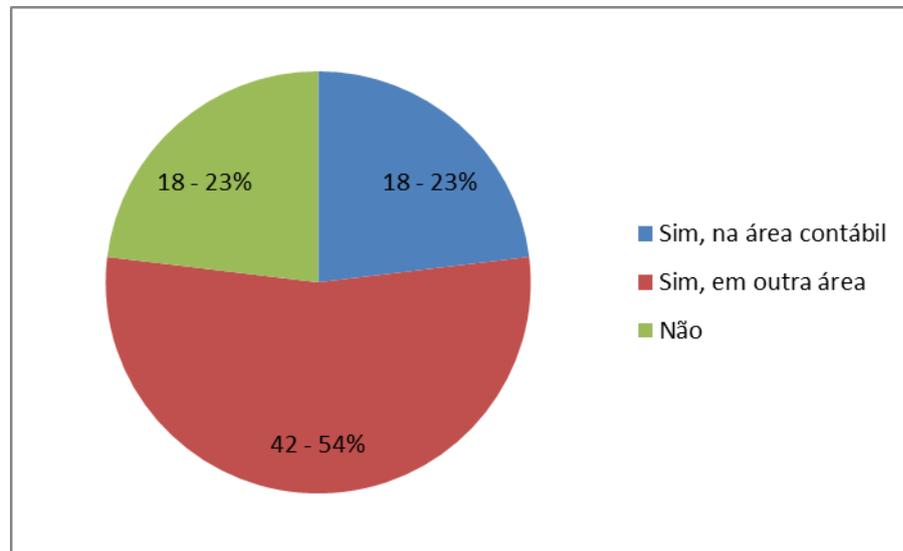
Gráfico 1 – Faixa etária dos discentes



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Quanto à ocupação, O Gráfico 2 mostra que a maioria dos alunos respondeu que trabalha em áreas diversas à sua área de formação, a Contabilidade, correspondendo a 54% do total, o que revela um número considerável de profissionais em formação que não tem experiência dentro de seu mercado de atuação, dificultando, assim, o entendimento dos temas relativos à profissão. É importante ressaltar que o aluno, quando inserido no mercado contábil durante o período acadêmico, tem, na maioria dos casos, o entendimento e aprendizado dos assuntos muito mais fácil.

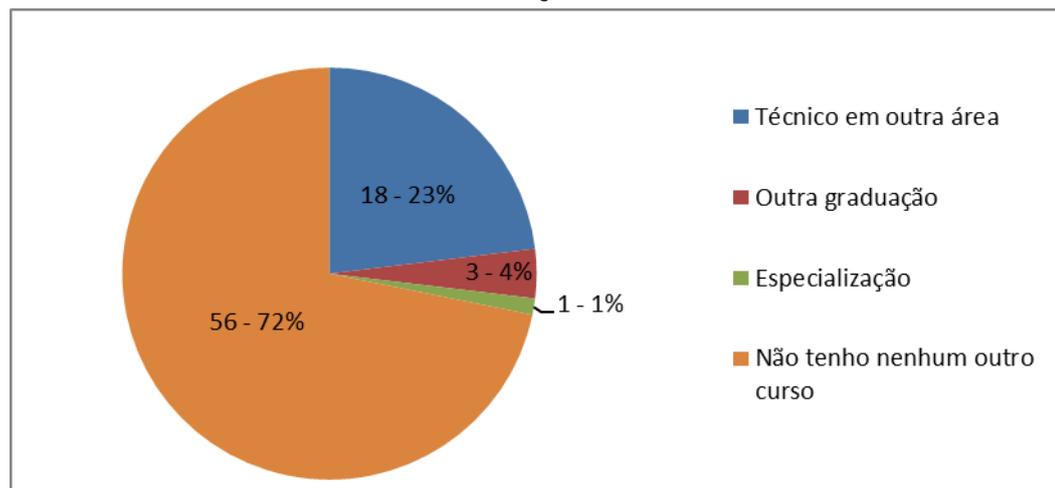
Gráfico 2 – Ocupação dos discentes



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Ainda dentro desse ponto de vista, o Gráfico 3 revela o percentual referente à formação dos alunos, onde 72% deles não é graduado em nenhum outro curso, 23% possui curso técnico em outra área, 4% tem outra graduação e apenas 1% já tem especialização em outra área.

Gráfico 3 – Formação dos discentes

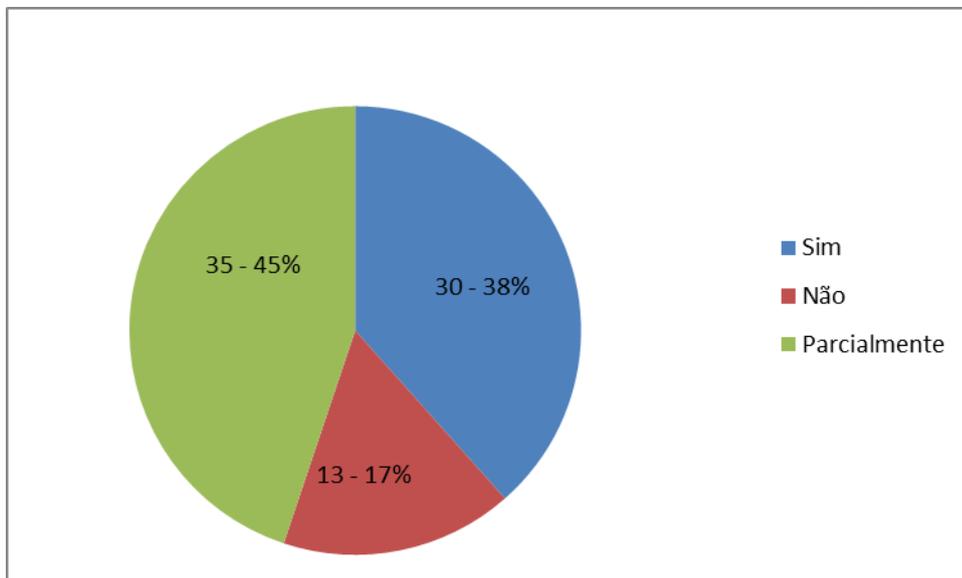


Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Os discentes foram questionados a respeito de conhecer previamente o CPC 01 (R1), que orienta sobre o teste de recuperabilidade, *impairment test*. No

Gráfico 4 vê-se que 83% deles já conhecem o CPC 01 (R1), destes, 45% afirma conhecer o pronunciamento parcialmente, e 13% não conhece, dentre outros percentuais mostrados. Os discentes afirmaram conhecer parcialmente o pronunciamento técnico, sendo 45% deles. Isso mostra que os discentes estão com dúvidas referentes ao assunto, não sendo ... considerando-se que os alunos estão nos últimos períodos dos cursos e prestes a entrar no mercado e os profissionais estudaram a Contabilidade de forma aprofundada, por serem a maioria graduados

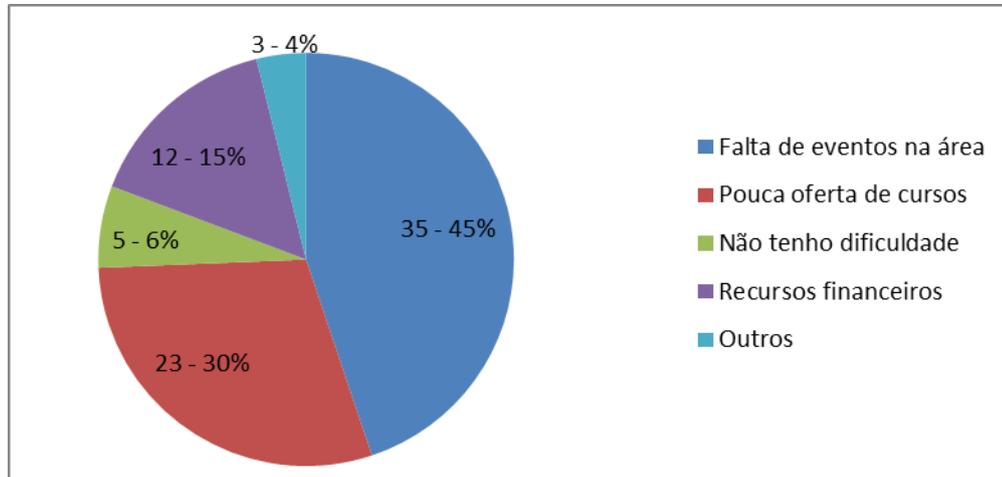
Gráfico 4 – Conhecimento dos discentes sobre CPC 01 (R1)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Por último, de acordo com o Gráfico 5, com relação ao perfil, foi perguntado sobre a dificuldade dos estudantes em atualizar-se constantemente na área contábil. A grande maioria dos entrevistados, quase metade deles, sendo 45% do total, disse que a dificuldade de atualização se deve à falta de eventos na área e 30% deles reclama ainda de pouca oferta de cursos na região.

Gráfico 5 – Dificuldade de atualização dos discentes



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Diante do exposto, percebe-se que os resultados obtidos mostram que os discentes dos cursos de contabilidade têm um perfil jovem, mostrando que as instituições educacionais das cidades atraem alunos cada vez mais jovens, o que é positivo, pois possibilita à área contábil a renovação dos profissionais no mercado, futuramente. A maioria afirma não ter outro curso, no entanto esse fato é compreensível, devido à pouca idade constatada.

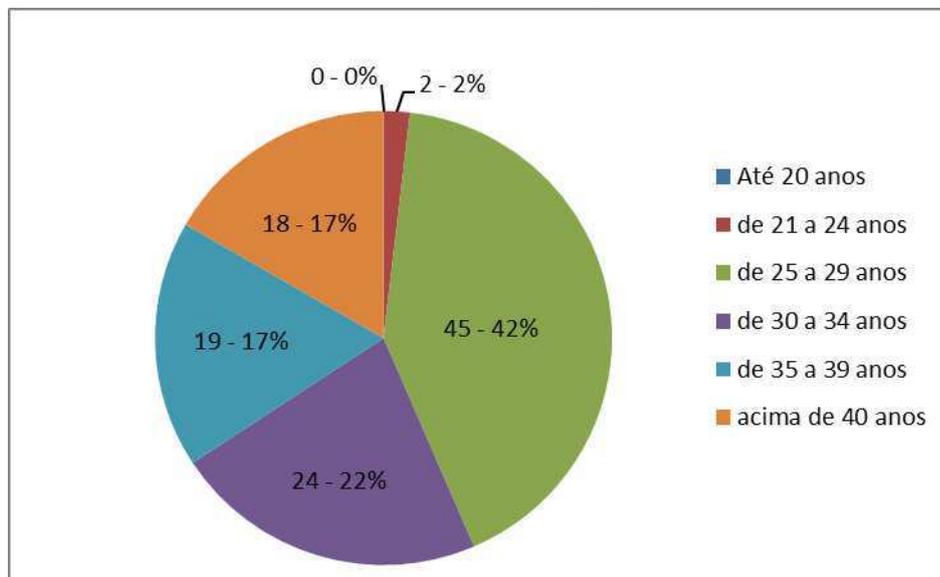
Porém muitos ainda não trabalham na sua área de formação e tem dificuldades de se atualizar devido à falta de eventos na região.

3.1.2 Profissionais

Os profissionais questionados na pesquisa também foram avaliados quanto ao perfil. Inicialmente, foi perguntado sobre o gênero desses profissionais. Nesse sentido, constatou-se que 57% dos profissionais contábeis são do gênero feminino e 43% do gênero masculino, mostrando que as mulheres estão ocupando mais o mercado de trabalho atualmente.

A respeito da faixa etária desses profissionais, viu-se que 42% deles estão entre 25 e 29 anos de idade, 22% estão entre 30 e 34 anos, 17% entre 35 e 39 anos, sendo o mesmo percentual para os profissionais acima de 40 anos e somente 2% entre 21 e 24 anos de idade. Esses dados, no Gráfico 6, revelam profissionais relativamente jovens, mas com um nível de maturidade devido à idade, visto que a maioria tem de 25 a 29 anos, seguidos de profissionais com idades entre 30 e 34 anos. É importante também ressaltar que ainda existem profissionais mais velhos atuantes no mercado, conforme mostram os resultados.

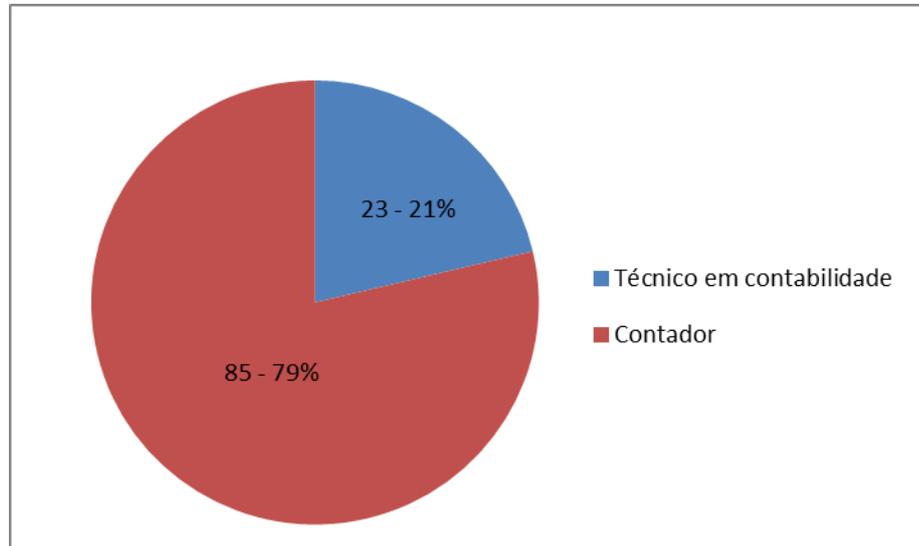
Gráfico 6 – Faixa etária dos profissionais



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

No que tange à formação, conforme mostra o Gráfico 7, foi constatado que 79% dos profissionais são contadores, ou seja, possuem graduação em Ciências Contábeis, e 21% são Técnicos em Contabilidade. Tais resultados mostram que o mercado contábil está composto, em sua maioria, por profissionais com nível de graduação, ou seja, que estudaram a Contabilidade mais detalhadamente e por mais tempo, o que é bom para a área contábil.

Gráfico 7 – Formação dos profissionais

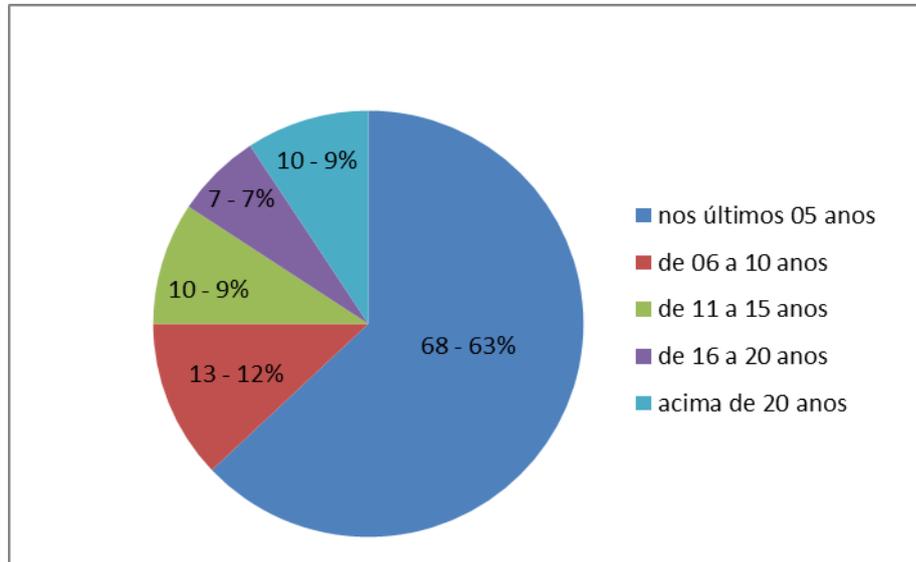


Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Ainda dentro desse contexto, foi perguntando aos profissionais sobre o tempo de formação deles. Conforme visualizado no Gráfico 8, verificou-se que 63% se formaram nos últimos 5 anos, 12% têm de 6 a 10 anos de formação, os com 11 a 15 anos de formação somam 19%, 7% compõem os com 16 a 20 anos e aqueles acima de 20 anos de formação são 19%.

Percebe-se, portanto, que a maioria dos profissionais tem pouco tempo de formação e que os que tem acima de 20 anos de formação ainda compõem um percentual significativo de profissionais atuantes no mercado, ultrapassando os profissionais com 6 a 10 anos de formação e se igualando aqueles com 11 a 15 anos de formação. Porém, os profissionais formados recentemente prevalecem.

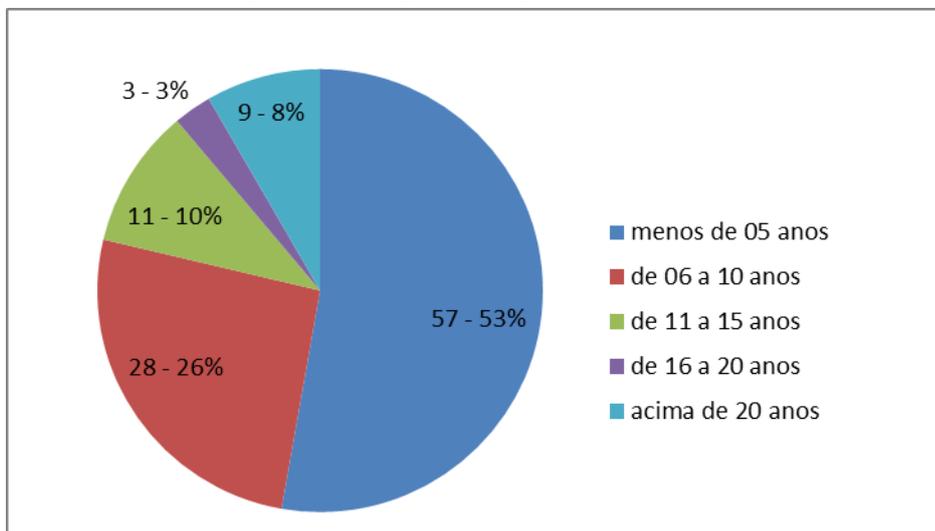
Gráfico 8 – Tempo de formação dos profissionais



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Investigou-se ainda sobre o tempo de atuação na área contábil. Como se pode ver no Gráfico 9, a seguir, 53% responderam que têm menos de 5 anos de atuação, 26% atuam de 6 a 10 anos, 10% de 11 a 15 anos, 3% de 16 a 20 anos e os que tem acima de 20 anos de atuação são 8% do total.

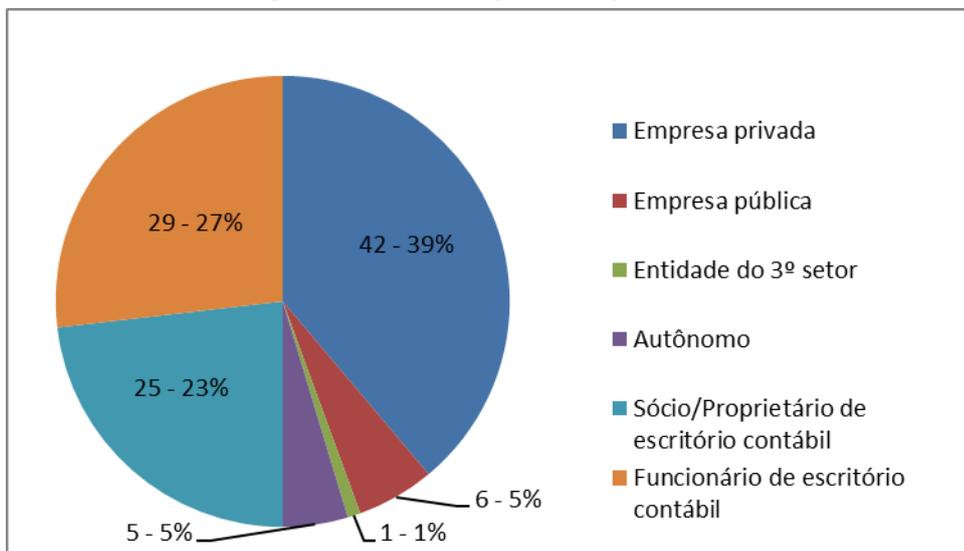
Gráfico 9 – Tempo de atuação dos profissionais na área contábil



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Com relação ao segmento de atuação destes profissionais, o Gráfico 10 mostra que, de acordo com o estudo, 39% atuam como contadores em empresas privadas, 27% são funcionários de escritórios de contabilidade, ainda que formados, 23% são sócios ou proprietários de escritório contábil, 5% são contadores em empresas públicas, também 5% deles são autônomos e 1% atuam em entidades do Terceiro Setor. O resultado esclarece que o campo de atuação dos profissionais contábeis está no setor privado, no entanto um percentual considerável deles trabalha como funcionário em escritórios, mesmo com formação profissional. O segmento de atuação de menor relevância é o Terceiro Setor.

Gráfico 10 – Segmento de atuação dos profissionais contábeis

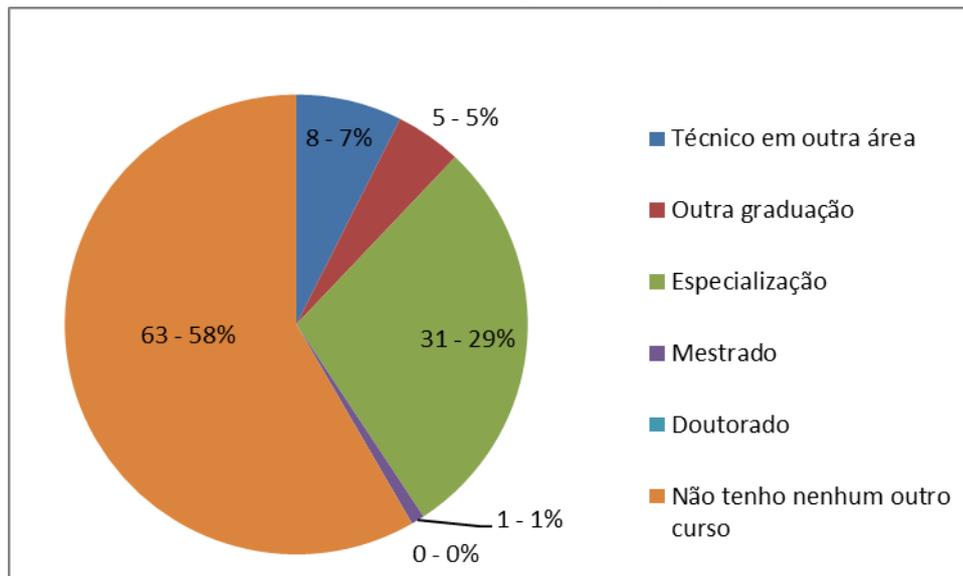


Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Quanto a outras formações ou níveis mais elevados de formação dos profissionais, no Gráfico 11, constatou-se que 58% não têm formação em nenhum outro curso, 29% possuem especialização, 7% já têm doutorado, 1% nível de mestrado e 5% tem formação em outra graduação. Acerca disso, percebe-se muitos profissionais tem o foco de formação exclusivamente na área contábil, mas apenas

29% tem especialização, 1% mestrado e 7% doutorado, o que revela uma baixa quantidade de profissionais com conhecimento acadêmico mais aprofundado.

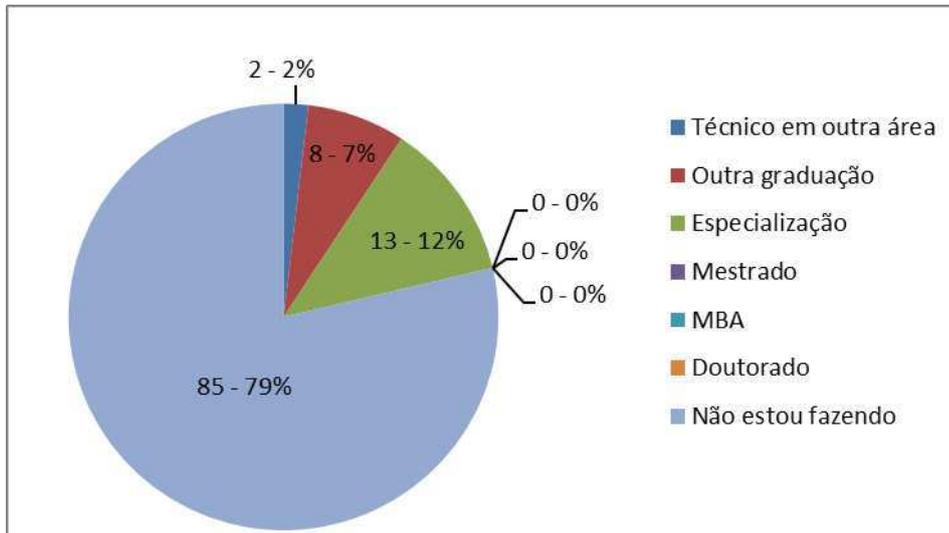
Gráfico 11 – Outras formações dos profissionais



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

No que se refere à formação continuada destes profissionais, conforme Gráfico 12, 79% afirmaram não estar fazendo formação continuada, 12% estão cursando especialização, 7% estão em outra graduação e 2% em curso técnico em outra área. Com isso, percebe-se que não há muito investimento em formação continuada por parte dos profissionais contábeis, visto que a grande maioria afirmou não estar investindo em conhecimento na área contábil ou, como alguns afirmaram, estão com foco em outras áreas de atuação.

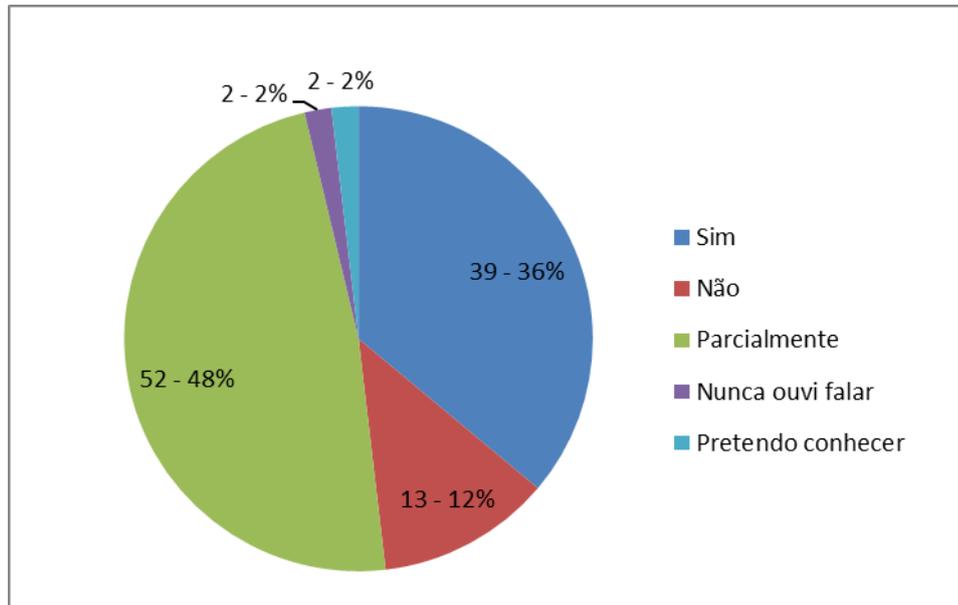
Gráfico 12 – Formação continuada



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Como mostra o Gráfico 13, quando questionados sobre o conhecimento a respeito da CPC 01 (R1), 48% responderam que conhecem parcialmente o pronunciamento técnico, 36% afirmaram que conhecem, 12% não conhecem, 2% nunca ouviram falar e 2% disseram que pretendem conhecer. Os percentuais mostram, portanto, que os profissionais de contabilidade ainda não têm conhecimento apurado sobre o pronunciamento técnico nº 01 do CPC e possíveis dúvidas sobre o assunto ainda estão presentes na atuação destes profissionais.

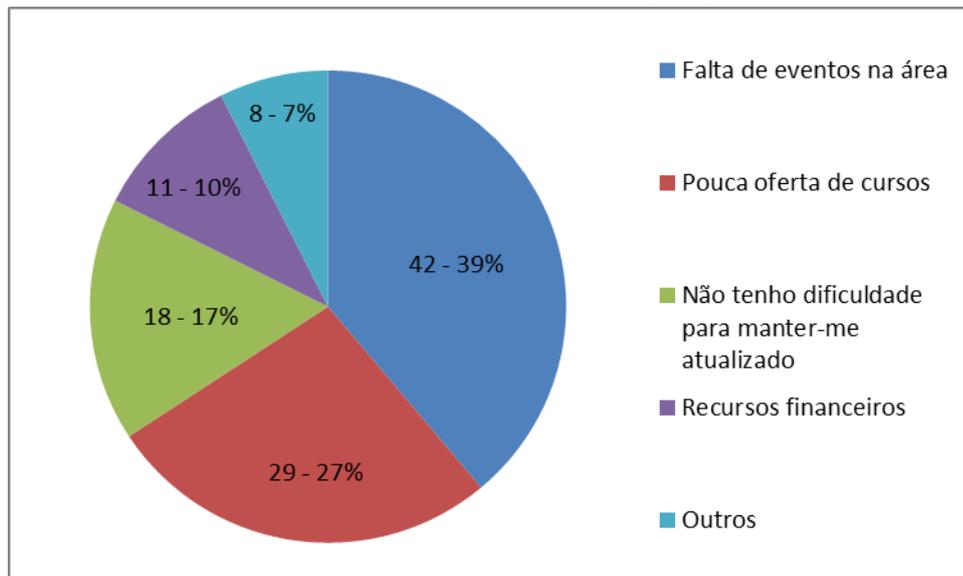
Gráfico 13 – Conhecimento do CPC 01 (R1) pelos profissionais



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Por fim, no Gráfico 14, relativo a dificuldade de se atualizar profissionalmente, 39% disseram que a maior dificuldade está na falta de eventos na área e 27% afirmaram que existem poucos cursos ofertados. Ainda 17% responderam que não tem dificuldade em se manter atualizados, 10% alegaram falta de recursos financeiros e 7% apontaram outros motivos como dificuldades.

Gráfico 14 – Dificuldades de atualização profissional



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Nesse aspecto, discentes e profissionais concordaram que a dificuldade maior está na falta de eventos e pouca oferta de cursos na região. Essa constatação justifica de alguma maneira, as dúvidas de ambos com relação aos temas atuais da contabilidade, dentre eles o *impairment test*, bem como serve de alerta ao Conselho Regional de Contabilidade, que deve, na perspectiva de educação continuada, fomentar o aprendizado dos estudantes e profissionais, com a promoção de eventos e cursos.

Com isso, de um modo geral, percebe-se um perfil dos contabilistas nas cidades de Sousa e Cajazeiras – PB, em sua maioria, do gênero feminino e jovens, com formação acadêmica em nível de graduação e tempos de formação e atuação na área recentes, principalmente no setor privado.

Tal constatação pressupõe que estes profissionais, por serem em sua maioria graduados, tem acesso a um leque de assuntos da área muito maior, já que o tempo de curso é mais extenso e possibilita estudar a Contabilidade mais detalhadamente, mas não significa necessariamente que estejam mais atualizados.

No entanto, muitos não investem em educação continuada e tem dificuldades para se atualizar profissionalmente, boa parte devido à falta de eventos na área.

3.2 Nível de conhecimento sobre *Impairment Test*

3.2.1 Discentes

No que tange ao nível de conhecimento dos discentes, avaliados através de assertivas aplicadas por meio da Escala de *Likert*, os resultados foram separados em tabelas por instituição educacional, para facilitar a visualização e análise dos dados coletados. Todas as assertivas das questões sobre o nível de conhecimento dos respondentes estão corretas, portanto, a análise dos resultados obtidos considera as respostas como acertos ou erros.

Na Tabela 1, relativamente aos alunos da instituição FESC/FAFIC, em Cajazeiras – PB, constatou-se que as assertivas 8 e 16 obtiveram o maior percentual de acertos, ambas com 66% de concordância. As assertivas 9 e 13 tiveram o percentual mais elevado nas suas afirmações, com um valor igual para ambas, onde 44% dos respondentes declarou-se indiferente quanto à assertiva. A média total das assertivas da instituição foi de 52% de concordância, 32% de respondentes indiferentes e 16% discordaram das afirmações contidas nas questões. Apenas 1 discente concordou com todas as assertivas.

Tabela 1 – Nível de conhecimento dos discentes da FESC/FAFIC

Assertivas	8		9		10		11		12		13	
	<i>fi</i>	%	<i>fi</i>	%	<i>Fi</i>	%	<i>fi</i>	%	<i>fi</i>	%	<i>fi</i>	%
Concordo	21	66	13	41	19	59	19	59	13	41	13	41
Indiferente	8	25	14	44	6	19	7	22	11	34	14	44
Discordo	3	9	5	16	7	22	6	19	8	25	5	16
TOTAL	32	100	32	100	32	100	32	100	32	100	32	100
Assertivas	14		15		16		17		MÉDIA			

	<i>fi</i>	%								
Concordo	15	47	17	53	21	66	16	50	17	52
Indiferente	7	22	12	38	9	28	14	44	10	32
Discordo	10	31	3	9	2	6	2	6	5	16
TOTAL	32	100								

Legenda: *fi* – frequência absoluta

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quanto aos percentuais da instituição UFCG, na cidade de Sousa – PB, descritos na Tabela 2, verificou-se que a assertiva 8 teve o percentual mais considerável de acerto, com 94% de concordância, seguida das questões 11 e 16, empatadas com o percentual de 65%. A média total das assertivas, nesse caso, foi de 54% de estudantes que concordam, 29 % deles foram indiferente e 17% discordaram. Nenhum discente da instituição acertou todas as assertivas.

Tabela 2 – Nível de conhecimento dos discentes da UFCG

Assertivas	8		9		10		11		12		13	
	<i>fi</i>	%										
Concordo	32	94	14	41	21	62	22	65	11	32	14	41
Indiferente	1	3	16	47	7	21	7	21	14	41	15	44
Discordo	1	3	4	12	6	18	5	15	9	26	5	15
TOTAL	34	100										
Assertivas	14		15		16		17		MÉDIA			
	<i>fi</i>	%										
Concordo	15	44	15	44	22	65	18	53	18	54		
Indiferente	5	15	12	35	9	26	12	35	10	29		
Discordo	14	41	7	21	3	9	4	12	6	17		
TOTAL	34	100										

Legenda: *fi* – frequência absoluta

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Já na instituição UNOPAR, também na cidade de Sousa – PB, de acordo com a Tabela 3, constatou-se a maior percentual de acertos na questão 8, sendo de 83%, seguido da questão 12, com um percentual de 67% de concordância. A média

dos percentuais das assertivas foi de 53% de discentes que concordaram, 37% indiferentes e 11% discordaram. A Tabela 3 mostra esses resultados.

Tabela 3 – Nível de conhecimento dos discentes da UNOPAR

Assertivas	8		9		10		11		12		13	
	<i>fi</i>	%	<i>fi</i>	%								
Concordo	10	83	5	42	5	42	7	58	8	67	4	33
Indiferente	1	8	7	58	3	25	4	33	3	25	7	58
Discordo	1	8	0	0	4	33	1	8	1	8	1	8
TOTAL	12	100	12	100								
Assertivas	14		15		16		17		MÉDIA			
	<i>fi</i>	%	<i>fi</i>	%								
Concordo	5	42	5	42	7	58	7	58	6,3		53	
Indiferente	6	50	6	50	4	33	3	58	4,4		37	
Discordo	1	8	1	8	1	8	2	17	1,3		11	
TOTAL	12	100	12	100	12	100	12	100	12		100	

Legenda: *fi* – frequência absoluta

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Constatou-se, portanto, que o nível de conhecimento avaliado pela pesquisa mostrou percentuais medianos, visto que nas três instituições as médias de concordância foram todas em torno dos 50%. Já os que se declararam indiferentes ao assunto, se somados, estão entre os percentuais de 46% e 48% das médias, o que pode se considerar um dado significativo, revelando um número considerável de dúvidas desses estudantes.

É importante ressaltar ainda que dos acertos totais, apenas um aluno da FAFIC acertou todas as assertivas, enquanto nas instituições UFCG e UNOPAR nenhum discente acertou todas as questões, revelando uma lacuna no ensino superior quanto ao conhecimento dos alunos sobre o tema, o qual deveria ser mais explorado pelas universidades ou pelos próprios estudantes.

Com relação ao nível de conhecimento a respeito do CPC 01 (R1), os resultados dos discentes mostram que pouco mais da metade dos alunos está por dentro do assunto, porém se considerar que os valores revelam o desconhecimento ou dúvida são próximos a esses percentuais, fica evidente uma realidade preocupante. Mesmo muitos estudantes sendo jovens, grande parte reclama de

Assertivas	17		18		19		20		MÉDIA	
	<i>fi</i>	%								
Concordo	29	52	26	46	31	55	25	45	28	50
Indiferente	10	18	15	27	11	20	22	39	16	29
Discordo	17	30	15	27	14	25	9	16	12	21
TOTAL	56	100								

Legenda: *fi* – frequência absoluta
 Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Referente aos profissionais da cidade de Sousa – PB, as assertivas 11 e 14 tiveram o maior percentual de acertos, ambas com 77% de concordância, seguidas das questões 18 e 20, com percentuais iguais de 62%. Todas as assertivas tiveram o percentual de concordância como sendo o maior, se comparadas às respostas de indiferença ou discordância. De todos os profissionais avaliados na cidade, apenas 4 acertaram todas as assertivas. Conforme mostra a Tabela 5, a média dos percentuais foi de 51% de concordância, 29% de indiferença e 20% de discordância. Esses percentuais, assim como na cidade de Cajazeiras – PB, revelam que ainda há um nível de desconhecimento considerável por parte dos profissionais da área.

Tabela 5 – Nível de conhecimento dos profissionais de Sousa – PB

Assertivas	11		12		13		14		15		16	
	<i>fi</i>	%										
Concordo	40	77	25	48	18	35	40	77	25	48	18	35
Indiferente	10	19	14	27	16	31	10	19	14	27	16	31
Discordo	2	4	13	25	18	35	2	4	13	25	18	35
TOTAL	52	100										
Assertivas	17		18		19		20		MÉDIA			
	<i>fi</i>	%										
Concordo	22	42	32	62	22	42	32	62	26	51		
Indiferente	17	33	9	17	17	33	9	17	15	29		
Discordo	13	25	11	21	13	25	11	21	11	20		
TOTAL	52	100										

Legenda: *fi* – frequência absoluta
 Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Sendo assim, percebe-se que, considerando os resultados obtidos, o quadro geral quanto ao nível de conhecimento dos profissionais contábeis a respeito do *impairment test* ainda não é satisfatório, pois os valores percentuais da pesquisa mostraram que pouco mais de 50% dos entrevistados em cada cidade concordou com as assertivas corretas e apenas 5 profissionais, somando-se as duas cidades, conseguiram acertar as questões por completo.

A seguir, a Tabela 6 traz um comparativo entre os resultados dos discentes e profissionais quanto ao nível de conhecimento sobre *impairment test*. Considerando que, nesse ponto, as assertivas foram iguais para ambos, pode-se evidenciar a média total do percentual de acertos (ou concordância) dos entrevistados para uma melhor visualização dos resultados.

Tabela 6 – Comparativo dos conhecimentos dos discentes e profissionais de Contabilidade

Média total de acertos	Discentes			Profissionais	
	FESC/FAFIC	UFCG	UNOPAR	Cajazeiras	Sousa
	52%	54%	53%	50%	51%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Com isso, comparando-se as médias dos acertos entre discentes e profissionais, percebe-se que os valores ficaram próximos, ou seja, o nível de conhecimento de ambos está em um mesmo patamar. No entanto, levando-se em consideração os níveis em que não houve acertos, visto nas tabelas anteriores, o nível de conhecimento sobre *impairment test* avaliado pela pesquisa foi mediano, sendo, em todos os casos, pouco mais da metade dos entrevistados.

Considerando-se, ainda, o perfil pesquisado, é possível pressupor que os discentes tem um conhecimento maior que os profissionais, pois é necessário atentar ao fato de que os profissionais tem mais tempo de formação e atuação na área, devendo, portanto, ter o conhecimento acumulado já que atuam no mercado contábil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa abordou a problemática que questiona o nível de conhecimento sobre *impairment test* dos discentes e profissionais de contabilidade nas cidades de Cajazeiras e Sousa na Paraíba. Os resultados obtidos mostraram o perfil de cada tipo de entrevistado, sendo ele discente ou profissional, bem como o conhecimento deles a respeito do Teste de Recuperabilidade.

Foi possível identificar resultados semelhantes para discentes e profissionais, com um perfil de indivíduos jovens, com formação em sua maioria focada na graduação e que afirmam ter dificuldade de atualização devido à falta de eventos na área e poucos cursos oferecidos na região. Observou-se percentuais com valores aproximados entre si quanto a investigação do nível de conhecimento sobre CPC 01 (R1), com médias em torno de 50% de acertos, observando-se uma similaridade de resultados para ambos nesse sentido.

Conclui-se, portanto, que o nível de conhecimento sobre *impairment test* de ambos é mediano, o que conduz dizer que há uma deficiência de conhecimento aprofundado no assunto, pois muitos responderam conhecer parcialmente o CPC 01 (R1) e a avaliação do nível de conhecimento confirmou essa realidade. Tal resultado conduz dizer, ainda, que há uma tendência entre os discentes e profissionais em não acompanhar o evolução da contabilidade, visto que o processo de convergência às normas internacionais e divulgação dos pronunciamentos, tais como o CPC 01 (R1), já são uma realidade pontual na Contabilidade há bastante tempo, no entanto as dúvidas são frequentes entre os pesquisados, conforme mostrou a pesquisa.

Como proposta para futuros trabalhos sobre o tema, observa-se a necessidade de uma abrangência maior da amostra, possibilitando um resultado mais expressivo, ou a aplicação das mesmas variáveis em outra região, para que se possa visualizar os resultados dos discentes e profissionais da Contabilidade em uma realidade diferente da local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Manual prático de interpretação contábil da lei societária*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BEUREN, I. M. (Org.) *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BIANCHI, Claudia Regina Cavalcanti Dorne; MONTI, Mariana Parpaiola; REINA, Donizete; HEHR, Deyvid Alberto. Evidenciação do impairment test: análise das empresas pertencentes ao índice IBrX-100. *Revista Mineira de Contabilidade*, v. 16, n. 1, art. 3, p. 27-38, jan./abril 2015. Disponível em: <<http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc&page=article&op=view&path%5B%5D=26&path%5B%5D=4>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

BRASIL. *Lei nº. 11.638*, de 28 de Dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 20 mar. 2015.

CFC. *Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Categoria*, 2015. Disponível em: <http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=1>>. Acesso em: 30 out. 2015.

_____. *Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Gênero*, 2015. Disponível em: <http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>>. Acesso em: 30 out. 2015.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC nº. 01*, 2007. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=2>>. Acesso em 01 mar. 2015.

Ernest & Young, FIPECAFI. *Manual de Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS versus Normas Brasileiras*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FERRAREZI, Maria Amélia Duarte Oliveira; SMITH, Marinês Santana Justo. *Impairment - conceitos iniciais e seu impacto pelo valor de mercado: estudo de caso*

de uma “sociedade ltda.” da cidade de Franca. Disponível em: <<http://legacy.unifacef.com.br/novo/publicacoes/Iforum/Textos%20EP/Maria%20Amelia%20e%20Marines.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015

FERREIRA, Ricardo José. *Contabilidade avançada: inclui a nova estrutura conceitual comentada - CPC 00*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2012.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARAES, José Henrique Tavares. Evidenciação do teste de impairment nas empresas do setor de bens industriais. 2013. 44f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/1332/1/Jos%C3%A9%20Henrique%20Tavares.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2015.

IUDÍCIBUS, S. et al. *Manual de contabilidade societária*. São Paulo: Atlas, 2010.

KUHN, Jaqueline; MACHADO, Lúcio de Souza; MACHADO, Michele Rílany Rodrigues. Avaliação do conhecimento dos docentes da Grande Goiânia sobre pronunciamentos contábeis. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, v. 19, n.2, p. 2 - p. 22, mai/ago., 2014. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/viewArticle/1882>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: Atlas, 2007.

MAIA, Henrique Araújo; FORMIGONI, Henrique. Empresas de auditoria e o compliance com o nível de evidenciação obrigatório durante o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 5., 2011, Vitória. *Anais...* Vitória: Anpcont, 2011. Disponível em: <<http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/v/images/259-2.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

NIYAMA, Jorge Katsumi; RODRIGUES, Ana Maria Gomes; RODRIGUES, Jomar Miranda. Algumas reflexões sobre contabilidade criativa e as normas internacionais de contabilidade. *Revista Universo Contábil*, v. 11, n. 1, p. 69-87, jan./mar., 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1170/117038308005.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luis; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. *Manual de Contabilidade Internacional – IFRS – US Gaap – BR Gaap: Teoria e Prática*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PEREIRA, Ednei Moraes; NIYAMA, Jorge Katsumi. Avaliação do nível de conhecimento dos discentes em Ciências Contábeis do Distrito Federal sobre normas contábeis internacionais face ao processo de convergência do IASB. In: Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, III., 2011, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: EnEPQ, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8699/1/2011_EdneiMoraesPereira.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2015.

SILVA, Hamylla Haianny Araújo. *IMPAIRMENT TEST: Um estudo sobre o nível de conhecimento dos alunos de Ciências Contábeis das Universidades Públicas do estado da Paraíba*. 2014. 28f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3744/1/PDF%20-%20Hamylla%20Haianny%20Ara%C3%BAjo%20Silva.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

SILVA, Paula D. A.; CARVALHO, Fernanda M.; DIAS, Lidiane N. S.; MARQUES, José Augusto V. C. *Impairment de Ativos de Longa Duração: Comparação entre SFAS 144 e o IAS 36*. In: Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 6., São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2006

SOUZA, Maíra Melo de; BORBA, José Alonso; BORGERT, Altair. *Perda no valor recuperável de ativos: uma análise dos reflexos nos indicadores econômicos e financeiros no setor elétrico brasileiro*. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, vol. 16, n 1, 2011. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/viewArticle/1026>>. Acesso em: 25 out. 2015.

SOUZA, Maíra Melo de; BORBA, José Alonso; ALBERTON, Luiz. Divulgação da perda por impairment em empresas auditadas pelas Big Four. *Pensar Contábil*, Vol. 11, No 46, 2009. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/366>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

SOUZA, Sérgio Adriano de. *Contabilidade Geral 3D: básica, intermediária e avançada*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ULIANO, André Luiz Poli; DONÁ, Andrea Lucia; GONÇALVES, Marguit Neumann. Disclosure da perda por impairment aplicado ao ativo imobilizado: análise nas companhias do IBrX-50. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 33 n. 1 p. 01-18 jan/abr. 2014. Disponível em: <>. Acesso em: 24 nov. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário dos Discentes



Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS
Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis - UACC
Bacharelado em Ciências Contábeis



PESQUISA PARA OBTENÇÃO DE DADOS PARA MONOGRAFIA TEMA: O nível de conhecimento do profissional e do discente de contabilidade sobre o teste de recuperabilidade no sertão da Paraíba.

Pesquisador: Emmanuel Klécio de Abreu Farias

Orientadora: Cristiane Queiroz Reis

QUESTIONÁRIO - Discentes

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

1- Gênero?

() Masculino () Feminino

2- Faixa Etária?

() até 20 anos;
 () de 21 a 24 anos;
 () de 25 a 29 anos;
 () de 30 a 34 anos;
 () de 35 a 39 anos;
 () acima de 40 anos.

3- Em qual Universidade você estuda?

() FAFIC – Cajazeiras
 () UFCG – Campus de Sousa
 () Unopar – Sousa

4- você trabalha?

() Sim, na área contábil
 () Sim, em outra área
 () Não

5-Tem algum outro curso?

() Técnico em outra área;
 () Outra graduação;
 () Especialização;
 () Mestrado;
 () Doutorado;
 () Não tenho nenhum outro curso.

6- Você conhece o CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.

- Sim
 Não
 Parcialmente
 Nunca ouvi falar
 pretendo conhecer

7- O que dificulta a sua constante atualização.

- Falta de eventos na área
 Pouca oferta de cursos
 Não tenho dificuldades para mim manter atualizado
 Recursos financeiros
 Outros.

Especifique: _____

NÍVEL DE CONHECIMENTO DO IMPAIRMENT TEST OU TESTE DE RECUPERABILIDADE?

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, análise as assertivas abaixo, atribuindo-lhes notas de acordo com a escala de *likert*: 1 – Concordo; 2 – Indiferente e 3 – Discordo.

	Concordo	Indiferente	Discordo
	1	2	3
8- O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.			
9- Este Pronunciamento Técnico deve ser aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, exceto: estoques; ativos advindos de contratos de construção; ativos fiscais diferidos; ativos advindos de planos de benefícios a empregados; ativos financeiros; propriedade para investimento; ativos biológicos; custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis; e ativos não circulantes classificados como mantidos para venda.			
10- O CPC 01 (R1) considera que o ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.			
11- A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve			

estimar o valor recuperável do ativo.			
12- Este Pronunciamento define valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.			
13- Este Pronunciamento Técnico apresenta que o valor justo difere do valor em uso. O valor justo reflete as premissas que os participantes do mercado utilizam ao precificar o ativo. Por outro lado, o valor em uso reflete os efeitos de fatores que podem ser específicos para a entidade e não aplicáveis às entidades de modo geral.			
14- A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado.			
15- O valor recuperável de um ativo individual não pode ser determinado se: o valor em uso do ativo não puder ser estimado como sendo próximo de seu valor justo líquido de despesas de venda; e o ativo não gerar entradas de caixa que são em grande parte independentes daquelas provenientes de outros ativos.			
16- A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.			
17- A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos: (a) o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas; (b) o montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas; (c) o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e (d) o montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período.			

APÊNDICE B – Questionário dos Profissionais



Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS
Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis - UACC
Bacharelado em Ciências Contábeis



PESQUISA PARA OBTENÇÃO DE DADOS PARA MONOGRAFIA TEMA: O nível de conhecimento do profissional e do discente de contabilidade sobre o teste de recuperabilidade no sertão da Paraíba.

Pesquisador: Emmanuel Klécio de Abreu Farias

Orientadora: Cristiane Queiroz Reis

QUESTIONÁRIO - Profissionais

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

1- Gênero?

Masculino Feminino

2- Faixa Etária?

até 20 anos;
 de 21 a 24 anos;
 de 25 a 29 anos;
 de 30 a 34 anos;
 de 35 a 39 anos;
 acima de 40 anos.

3- Qual a sua formação profissional?

Técnico em contabilidade Contador.

4-Tempo de formação?

nos últimos 05 anos;
 de 06 a 10 anos;
 de 11 a 15 anos;
 de 16 a 20 anos;
 acima de 20 anos.

6- Em qual cidade atua?

Cajazeiras
 Sousa

5- Há quanto tempo atua no mercado de trabalho contábil?

- menos de 05 anos;
- de 06 a 10 anos;
- de 11 a 15 anos;
- de 16 a 20 anos;
- acima de 20 anos.

6-Atua em qual segmento?

- Empresa Privada;
- Empresa Publica;
- Entidade do 3º setor;
- Proprietário de escritório contábil;
- Funcionário de escritório contábil;
- Autônomo;
- Não atua na área;

7-Tem algum outro curso?

- Técnico em outra área;
- Outra graduação;
- Especialização;
- Mestrado;
- Doutorado;
- Não tenho nenhum outro curso.

8- Está fazendo cursos em outras áreas ou afins?

- Técnico em outra área;
- Outra graduação;
- Especialização;
- MBA;
- Mestrado;
- Doutorado;
- Profissionalizante;
- Não estou fazendo;

9- Você conhece o CPC 01(R1) – Redução ao valor recuperável dos ativos.

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Nunca ouvi falar
- pretendo conhecer

10- O que dificulta a sua constante atualização.

- Falta de eventos na área
- Pouca oferta de cursos
- Não tenho dificuldades para mim manter atualizado
- Recursos financeiros
- Outros.

Especifique: _____

NÍVEL DE CONHECIMENTO DO IMPAIRMENT TEST OU TESTE DE RECUPERABILIDADE?

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, análise as assertivas abaixo, atribuindo-lhes notas de acordo com a escala de *likert*: 1 – Concordo; 2 – Indiferente e 3 – Discordo.

	Concordo	Indiferente	Discordo
	1	2	3
11- O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.			
12- Este Pronunciamento Técnico deve ser aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, exceto: estoques; ativos advindos de contratos de construção; ativos fiscais diferidos; ativos advindos de planos de benefícios a empregados; ativos financeiros; propriedade para investimento; ativos biológicos; custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis; e ativos não circulantes classificados como mantidos para venda.			
13- O CPC 01 (R1) considera que o ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.			
14- A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.			
15- Este Pronunciamento define valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.			
16- Este Pronunciamento Técnico apresenta que o valor justo difere do valor em uso. O valor justo reflete as premissas que os participantes do mercado utilizam ao precificar o ativo. Por outro lado, o valor em uso reflete os efeitos de fatores que podem ser específicos para a entidade e não aplicáveis às entidades de modo geral.			
17- A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado.			
18- O valor recuperável de um ativo individual não pode ser determinado se: o valor em uso do ativo			

<p>não puder ser estimado como sendo próximo de seu valor justo líquido de despesas de venda; e o ativo não gerar entradas de caixa que são em grande parte independentes daquelas provenientes de outros ativos.</p>			
<p>19- A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.</p>			
<p>20- A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas; (b) o montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas; (c) o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e (d) o montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período. 			